



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER PJ Nº: 774 / 2015 / PJM

INTERESSADO: PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº: SMA 8069/2015

ASSUNTO: Proposta de Deliberação Normativa que contemple a redução de prazos de licenciamento nos casos de criticidade hídrica.

DATA: 21/09/2015

À P

Este Departamento Jurídico é instado a manifestar-se a respeito da proposta de Deliberação Normativa CONSEMA que dispõe sobre a redução de prazos de licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental no Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em períodos de criticidade hídrica (fls. 131).

Consta dos autos a Portaria nº 2617 do DAEE de 17/08/2015, por meio da qual é declarada a situação de criticidade hídrica na região da bacia hidrográfica do Alto Tietê (fls. 07), tendo sido consignada pela Senhora Secretária de Estado do Meio Ambiente a necessidade de adoção de ações de caráter especial visando assegurar a disponibilidade hídrica de modo seguro e eficiente, notadamente quanto ao abastecimento público, encontrando-se entre as medidas para

enfrentamento da situação anômala a necessidade de realização de obras de adução de água para os reservatórios da bacia do Alto Tietê, imprescindíveis para garantir a segurança e a eficiência do sistema de fornecimento e abastecimento de água potável da SABESP para a região metropolitana de São Paulo (fls. 05).

A minuta acostada às fls. 107/119 tramitou perante a Comissão Processante e de Normatização do CONSEMA (fls. 124) e foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica da SMA que, por meio do Parecer CJ/SMA 900/2015, reconheceu estar compatível sob o ponto de vista formal e material com a legislação de regência do licenciamento ambiental (fls. 126/127), recomendando seja avaliada pela CETESB a redação do artigo 16, que disciplina a realização das audiências públicas (fls. 128).

A Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental ao analisar a redação do artigo 16 consignou a necessidade de delimitar o número de audiências públicas e definir os municípios onde serão realizadas, de modo a permitir a efetiva participação pública no processo, sugerindo que além do município diretamente afetado sejam realizadas, se necessário, audiências públicas no município imediatamente a jusante do ponto de captação, sugerindo a seguinte redação, *verbis*:

“Artigo 16: A audiência pública será realizada no município sujeito ao impacto direto do empreendimento, da obra ou da atividade a ser implantada, e se necessário, no município situado imediatamente à jusante do empreendimento”.

É o relatório.

Passamos à manifestação.

A competência normativa do CONSEMA está prevista na Lei 13.507/2009¹, regulamentada pelo Decreto 55.087/2009, bem como em seu Regimento Interno, aprovado pela Deliberação CONSEMA 05/2010, sendo juridicamente possível o estabelecimento de prazos diferenciados para o licenciamento ambiental, cuja previsão se encontra no artigo 12 da Resolução CONAMA 237/97, abaixo transcrito, *verbis*:

Art. 12 - O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Nessa linha, sob o aspecto da competência, tem o CONSEMA atribuição para o estabelecimento de procedimentos específicos, como é o caso em análise, que estabelece procedimentos diferenciados para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental motivado na situação de criticidade hídrica.

Isto posto, quanto à proposta apresentada, temos que a excepcionalidade do procedimento deve se encontrar devidamente motivada, o que se mostra garantido pelo estabelecimento de exigência de declaração formal do órgão ou

¹ **Artigo 2º** - São atribuições do CONSEMA:

I- estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental,
(...)"

entidade pública competente reconhecendo a criticidade hídrica que possa comprometer a segurança e eficiência de um sistema de fornecimento de água potável à população; de requerimento formal do Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos solicitando a aplicação do procedimento diferenciado e do acolhimento do Secretário de Estado de Meio Ambiente (incisos I, II e III, do artigo 2º) .

Deve ser destacado que a minuta proposta mantém a exigência de estudos para a avaliação de impacto ambiental (EAS, RAP e EIA/RIMA), estabelecendo apenas prazos diferenciados para o procedimento, sendo eles:

Publicação da solicitação da Licença no Diário Oficial: 05 dias

Manifestação pública (qualquer cidadão): 05 dias

Manifestação de órgãos da Administração, direta, indireta ou fundacional:
05 dias (EAS/RAP) e 15 dias (EIA/RIMA)

Convocação para audiência pública: mínimo de 10 dias úteis

Disponibilização do EIA/RIMA: mínimo de 10 dias úteis

Manifestação após a audiência pública: 05 dias

Com relação aos prazos acima referidos cabe registrar que para a convocação de audiência pública e disponibilização do EIA/RIMA em procedimentos de rito comum de licenciamento com avaliação de impacto a Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 estabelece o prazo mínimo de 15 dias úteis, razão pela qual, em situação de procedimento de rito especial entendemos que se mostra razoável o prazo proposto de 10 dias úteis para ambos. Os demais prazos estão de acordo com a legislação de regência.

No que diz respeito aos locais de realização de audiência pública corroboramos o entendimento da Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental no sentido de que sua realização deve ser feita não só no município sujeito ao impacto direto do empreendimento, como também no município situado à jusante do empreendimento, observando que na minuta proposta há previsão apenas de sua realização na primeira situação, razão pela qual **deverá ser alterada a redação do artigo 16**, na forma acima transcrita.

No que se refere aos prazos de validade das licenças propostos no artigo 24, ou seja, para a Licença Prévia, máximo de 18 meses; para a Licença de Instalação, máximo de 24 meses e para a Licença de Operação, mínimo de 48 e máximo de 60 meses, temos que os mesmos estão em consonância com a Resolução CONAMA 237/97², que prevê os prazos máximos de 05 e 06 anos para a Licença Prévia e de Instalação, respectivamente, e o mínimo de 04 e o máximo 10 anos para a Licença de Operação, justificando-se os prazos reduzidos em razão de se tratar de licenciamento submetido a um rito especial, fundamentado na urgência da realização das obras.

Quanto à proposta da PGE de inserção da redação que condicione a emissão da Licença de Instalação, para empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA, à assinatura

² Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental e ao pagamento do valor da compensação (fls. 119), entendemos ser a mesma desnecessária uma vez que a obrigação da compensação decorre de lei³, além de que a sistemática adotada por esta Companhia é a de condicionar a emissão da Licença de Instalação ao cumprimento da compensação ambiental prevista em lei.

Quanto à proposta da Diretoria I de **que o artigo 13 seja transferido para a sessão das Disposições Gerais**, por se aplicar a todos os processos de licenciamento, nada temos a opor, considerando que referido dispositivo disciplina o prazo de 30 dias para os órgãos da administração direta, indireta e fundacional emitirem autorização no âmbito de suas competências.

Por fim quanto aos prazos de análise estabelecidos para a CETESB, temos a considerar que **o prazo para análise do EAS estabelecido no artigo 6º deve ser de 15 dias úteis** e não 15 dias como constou, em consonância com os

³ Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

prazos de análise do RAP de 10 dias úteis (artigo 4º) e do EIA/RIMA de 20 dias úteis (artigo 22).

Com as nossas considerações e observado o prazo de fls. 131, procedemos a impressão da minuta **proposta pela CETESB**, contemplando as alterações sugeridas, inclusive as da PGE, com exceção da compensação ambiental pelas razões acima aduzidas, que segue anexa ao presente, bem como juntada na contracapa dos autos, na forma impressa e gravada em CD, encaminhando os autos à Presidência com urgência que o caso requer.

É o parecer.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Márcia Pereira Duarte

Gerente da Divisão de Assuntos de Meio Ambiente

De acordo, em 09.2015. Encaminhe-se à

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Sandra Mara Pretini Medaglia

Gerente do Departamento Jurídico